



Film Commissions: Roteiro para implementação



GOVERNO DO PARANÁ

Carlos Massa Ratinho Junior

Governador

Darci Piana

Vice-governador

SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DO PARANÁ (SEEC)

Luciana Casagrande Pereira

Secretária de Estado da Cultura

Elietti de Souza Vilela

Diretora-geral

Laura Haddad

Diretora do Desenvolvimento de Economia da Cultura

Daniele Mariano

Coordenadora de Apoio, Fomento e Incentivo à Cultura

PRFILM COMMISSION

Luciana Casagrande Pereira

Presidente da PrFilm Commission

Fernanda Schuhli Bourges

Representante da Diretoria-Geral da SEEC

Luiz Gustavo Vilela Teixeira

Secretário Executivo

Nalu do Amaral Polak

Estagiária

Ester Marçal Fér

Representante do Conselho Estadual de Cultura

ORGANIZAÇÕES DE CLASSE DA SOCIEDADE CIVIL

Jussara Locatelli

SIAPAR – Sindicato da Indústria Audiovisual do Paraná

Jeferson Ayetta de Miranda (suplente)

SATED PR – Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões

Angelo Antonio Stroparo

AVEC – Associação de Vídeo e Cinema do Paraná

DIRETORIA EXECUTIVA

(Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE)

Vitor Roberto Tioqueta

Diretor Superintendente

César Reinaldo Rissete

Diretor Técnico

José Gava Neto

Diretor de Administração e Finanças

UNIDADE COMPETITIVIDADE SETORIAL

Weliton Monteiro Perdomo

Gerência

EQUIPE TÉCNICA DA COORDENAÇÃO ESTADUAL DE ECONOMIA CRIATIVA E ARTESANATO

Patricia Albanex

Coordenadora Estadual de Turismo, Economia Criativa e Artesanato

Eduarda Alencar Lopes

Assistente

REALIZAÇÃO:

Filmhub Consultoria

RESPONSÁVEIS FILMHUB:

Beatriz Reiter, Carol Golfeto e Flávia Gonzaga

Sumário

1. Introdução	6
1.1 Sobre a Cartilha	6
2. Contextualização: Audiovisual Paranaense	8
3. Panorama Audiovisual	9
3.1 Contexto Geral	9
3.2 Contexto Atual e Tendências	11
3.3 Políticas Públicas no Audiovisual	12
4. Film Commissions	14
4.1 Conceituação e Objetivos	14
4.2 Tipos e Composição	14
4.3 Exemplos e Redes	16

4.4 Serviços e Procedimentos	17
4.4.1. Film Commissions Municipais	18
4.4.2. Regionais (Distritais ou Intermunicipais)	18
4.4.3. Film Commissions Estaduais	19
4.4.4. Federais (Nacionais)	20
5. Implementação e Desenvolvimento	20
5.1 Legislação	21
5.2 Sensibilização e Parcerias	24
5.3 Manutenção e Desafios	25
5.4 Etapas de Implementação	26
5.4.1. Diagnóstico Inicial	26
5.4.2. Estruturação institucional	27

5.4.3. Sensibilização e Planejamento	27
5.4.4. Implementação e Operação	27
5.4.5. Monitoramento e Prospecção	28
6. Expansão e Prospecção	28
6.1 Incentivos e Fomentos	28
6.2 Eventos de Mercado	30
6.3 Apoios e Parcerias	32
7. Considerações Finais	33
8. Referências e Fontes	36

1. Introdução

1.1 Sobre a Cartilha

Este documento faz parte do Plano Setorial do Audiovisual do Paraná, um instrumento que se integra ao, Plano Estadual de Cultura (PECPR) redigido por representantes das áreas artístico-culturais do CONSEC (Conselho Estadual de Cultura - PR) em conjunto com representantes das entidades do setor.

O Plano pretende não só aprimorar a regularidade, o alcance e a eficácia das políticas públicas culturais já estabelecidas, mas também promover a implementação e criação de medidas que atendam às necessidades contemporâneas e estão refletidas nos eixos e diretrizes. O objetivo é traçar um plano para ser transformado em uma verdadeira Política de Estado para o Audiovisual, capaz de orientar ações de longo prazo através dos eixos:

1. Legislação e Incentivo para o Desenvolvimento Audiovisual;
2. Infraestrutura institucional e operacional;
3. Desenvolvimento e Produção Audiovisual;
4. Difusão, distribuição, exibição, infraestrutura e serviços;
5. Formação e Profissionalização;
6. Patrimônio, Memória e Preservação Audiovisual e
7. Internacionalização do Audiovisual.

A partir dessa iniciativa e do contrato assinado entre SEBRAE e Secretaria de Estado da Cultura – SEEC, foram designados eixos de trabalho e contratações de consultorias especializadas e com expertise tanto regional, quanto de outras regiões do Brasil.

Essa cartilha foi elaborada pela Filmhub Consultoria, especializada em políticas para o audiovisual, com foco em film commissions, e é parte complementar

da contratação com o objetivo de colaborar para o fortalecimento do setor audiovisual no Paraná através de orientação e capacitação para implantação de Film Commission local em municípios que apresentaram potencial de desenvolvimento audiovisual.

Diante disso, esta cartilha tem como objetivo:

- **Fornecer diretrizes claras e acessíveis** para a criação, regulamentação e funcionamento de uma Film Commission em âmbito municipal;
- **Apresentar boas práticas, modelos de organização e exemplos de normativas** que podem ser adaptadas à realidade de diferentes cidades;
- **Orientar gestores públicos, técnicos, produtores e agentes culturais** sobre os papéis, atribuições e potencialidades das Film Commissions;
- **Fortalecer o ecossistema audiovisual local**, por meio de políticas públicas estruturadas e sustentáveis.

A cartilha parte da premissa de que o audiovisual é não apenas uma expressão artística e cultural, mas

também um vetor de desenvolvimento econômico, urbano e social. Ao sistematizar informações, propostas e experiências, pretende-se contribuir para que os municípios paranaenses possam se posicionar de forma estratégica no mapa da produção audiovisual, com planejamento, segurança jurídica e efetividade institucional.



2. Contextualização: Audiovisual Paranaense

O setor audiovisual do Paraná vive um momento de amadurecimento e expansão. Com uma produção cada vez mais diversa e profissionalizada, o estado tem se destacado no cenário nacional pelo fortalecimento de sua cadeia produtiva, pela presença crescente em festivais e mostras, e pela consolidação de políticas públicas voltadas ao fomento da cultura e da economia criativa. Do litoral ao interior, o Paraná reúne uma ampla variedade de locações urbanas, naturais e históricas que despertam o interesse de produtoras de cinema, televisão, publicidade e plataformas de streaming. Cidades como Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Paranaguá, entre outras, apresentam não apenas cenários singulares, mas também potencial para seguirem desenvolvendo o setor audiovisual.

Desde 2002 foram emitidos 59.787 CPBs¹ no Brasil, sendo o Paraná responsável por **1.558**, ou **2,6%** de toda a produção brasileira não publicitária no

período, e **27,3%** de toda a produção da região sul do país. Desde 2002, 771 (49,4%) CPBs foram de curtas-metragens, 397 (25,4%) de médias-metragens,

¹Dados da ANCINE (2025) contabilizam emissões até setembro de <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/obras-nao-publicitarias-brasileiras-registradas-na-ancine>

CPBs: O Certificado de Produto Brasileiro (CPB) é um registro gratuito concedido pela Agência Nacional do Cinema a obras audiovisuais não publicitárias brasileiras. Constitui certificado de origem das obras brasileiras, identificando o título da obra, duração, classificação, tipologia, organização temporal, ano de produção, formato, diretor, empresas produtoras e detentores de cotas patrimoniais sobre a obra. Fonte:

<https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-certificado-de-produto-brasileiro>

2002, foram feitas mais produções de ficção do que de qualquer outro tipo: 34,5% ficção, 23,5% documentário, 20,8% videocliques, 10,2% animação, 3,6% variedades, 1,2% jornalística, 0,7% programas de auditório, 0,3% religiosa, 0,1% reality show e 0,06% manifestações e eventos esportivos, 4,5% “não classificadas”. A liderança de ficção, seguida de documentário, videocliques e animação segue o padrão nacional.

O ano de 2023, com 91 emissões, já havia sinalizado a retomada dos níveis de produção registrados antes da pandemia — em 2019, foram 92 obras. Em 2024,

o estado alcançou um novo patamar, com a emissão de 124 CPBs, o maior número da série histórica, representando um crescimento de 36,2% em relação ao ano anterior. Esse aumento expressivo nas produções pode ser um indicativo relevante de aquecimento do mercado e de um cenário oportuno para a formulação de políticas públicas que aproveitem esse contexto favorável para fortalecer e consolidar o setor local.

Em relação à publicidade, foram emitidos 483.138 CRTs² publicitários (brasileiros) no país desde 2013. No Paraná foram emitidos 51.222 desde 2013, ou seja, o estado foi responsável por 10,6% da produção nacional publicitária no período.

3. Panorama Audiovisual

3.1 Contexto Geral

O setor audiovisual é uma das indústrias criativas mais dinâmicas e estratégicas do mundo, com forte impacto econômico, social e cultural, pode ser caracterizado como o **conjunto de atividades econômicas, artísticas e técnicas voltadas para a criação, produção, distribuição e exibição de conteúdos em imagem e som**. Uma de suas principais forças está na rápida capacidade de recuperação econômica: as produções injetam recursos de forma imediata no território em que se instalam, o que as torna instrumentos eficientes em cenários de crise. Além disso, a magnitude dos gastos em cada projeto é significativa, já que em um período relativamente curto movimenta-se um volume expressivo de investimentos. Diferentemente de setores que dependem de insumos físicos limitados, o audiovisual se baseia em recursos não-finitos, tendo na criatividade e na propriedade intelectual sua principal matéria-prima.

Essa característica confere ao setor potencial praticamente inesgotável de renovação e inovação

² CRTs: O Certificado de Registro de Título (CRT) permite a exibição comercial, em território brasileiro, das obras não publicitárias brasileiras e estrangeiras veiculadas nos segmentos de mercado regulados pela Ancine.

Fonte: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-certificado-de-registro-de-titulo-para-obras-nao-publicitarias>

Outro aspecto fundamental é o impacto intersetorial, uma vez que aproximadamente 67%³ do orçamento de uma produção é direcionado para áreas correlatas, como hospedagem, alimentação, transporte e serviços técnicos, gerando benefícios diretos em toda a cadeia produtiva local. Esse movimento ainda é amplificado pelo efeito multiplicador: estima-se que **cada US\$ 10 investidos** no audiovisual **retornem entre US\$ 6 e US\$ 9⁴** para outros setores, e que para cada 100 postos de trabalho diretos, sejam criados de 50 a 70 empregos indiretos. Dessa forma, o audiovisual se consolida não apenas como um vetor cultural, mas como uma poderosa engrenagem de estímulo econômico e de fortalecimento territorial.

Além de todos esses fatores, ainda há impactos ampliados por outros setores, como o turismo cinematográfico, no qual produções audiovisuais atraem visitantes para locais de filmagem, e podem **aumentar em até 300%** a quantidade de turistas no local⁵.

A cadeia de etapas que caracterizam uma obra audiovisual pode ser dividida de maneira geral em cinco: desenvolvimento, pré-produção, produção, pós-produção e distribuição.

- **Desenvolvimento:** elaboração de roteiro, negociação com distribuidoras e plataformas.
- **Pré-produção:** definição de elenco, equipe e logística.
- **Produção:** filmagens; etapa mais cara (60% a 70% do orçamento).
- **Pós-produção:** edição, efeitos, som, finalização (a mais longa).
- **Distribuição:** cinema, TV e VoD, com crescimento acelerado nas plataformas digitais.

3.2 Contexto Atual e Tendências

Os últimos anos registraram um aumento sem precedentes nos orçamentos e no volume de produções, sinalizando um setor em plena expansão e altamente competitivo. Em 2018 foram registrados 8.516⁶ de longas-metragens produzidos mundialmente, o maior já registrado na história. O fluxo ascendente dos valores e produções atreladas à indústria audiovisual já demonstra se recuperar mesmo após as paralisações e efeitos decorrentes da pandemia de Covid-19. Em 2024, os gastos globais com o setor atingiram o valor de 247 bilhões de dólares, se equiparando à indústrias como engenharia elétrica, setor editorial e veículos elétricos⁷.

³ Fonte: Global Screen Production and Global Economic Recovery. Olsberg SPI (2020).

⁴ Fonte: The Economic Impact of the Screen Industries Latin America. Inter American Development Bank (2023).

⁵ Promoting Destinations via Film Tourism: An Empirical Identification of Supporting Marketing Initiatives de S. Hudson e J. R. B. Ritchie. Fonte: Riley and van Doren (1992); Tooke and Baker (1996); Grihault (2003); Croy and Walker (2003); Cousins and Anderek (1993); Busby, Brunt and Lund (2003); Riley, Baker and van Doren (1998)

⁶ WIPO – World Intellectual Property Organization. Global Film Production Hits Historic High, Surpassing Pre-Pandemic Levels.

Innovation Insights Blog, Global Innovation Index. Abril 30, 2025. Disponível em:

<https://www.wipo.int/en/web/global-innovation-index/w/blogs/2025/global-film-production>

⁷ Global Screen Production - The Impact of Film and Television Production on Economic Recovery from COVID-19

O gasto global em conteúdo (“content spend”) deverá atingir US\$ 248⁸ bilhões em 2025, e, dentro desse gasto, as plataformas de streaming devem gastar US\$ 95 bilhões em conteúdo em 2025 — o que corresponderá a cerca de 39% do total global de investimento em conteúdo.

Sendo assim, é notável que o **crescimento acelerado das plataformas de vídeo sob demanda (VoD)** destaca-se como o motor central dessa mudança. Além de ampliar a competição entre players globais, o streaming tem impulsionado **investimentos significativos em produções originais, com foco estratégico em conteúdos locais** capazes de estabelecer vínculos culturais com públicos regionais e, ao mesmo tempo, expandir a base de assinantes em mercados emergentes. Sendo assim, regiões como a América Latina, a África Subsaariana e Leste Europeu ganham protagonismo, não apenas como novos polos de consumo, mas também como

territórios de produção estratégica. Esse reposicionamento evidencia o **deslocamento do eixo tradicional de Hollywood para uma configuração mais pulverizada e global**, resultado da busca por incentivos fiscais, redução de custos operacionais e exploração de novas paisagens e contextos culturais. Assiste-se a uma valorização crescente das histórias enraizadas em culturas, identidades e experiências específicas, tanto porque o público internacional busca autenticidade e diversidade, quanto porque os públicos desejam se reconhecer nas telas.

Esse crescimento, entretanto, implica novos desafios relacionados à sustentabilidade financeira, saturação de mercado e à necessidade de diferenciação criativa. O cenário audiovisual mundial tem apresentado **transformações estruturais que reconfiguram tanto os modelos de negócios quanto as dinâmicas de produção e consumo**. Em síntese, **as tendências globais do audiovisual apontam para um ecossistema em rápida diversificação**, onde a **capacidade de inovação**, a **articulação internacional** e a **valorização de narrativas locais** serão fatores

determinantes para a competitividade no futuro próximo.

3.3 Políticas Públicas no Audiovisual

Neste contexto, as **políticas públicas de atração em prol do audiovisual** surgem como alicerces estratégicos em um momento de transformações estruturais profundas no setor. A ação pública é essencial para equilibrar os fluxos e tendências, **criando condições de competitividade** que permitam a inserção de obras e profissionais no mercado. A formulação de políticas audiovisuais voltadas ao fomento, à regulação e ao estímulo de mão de obra emergente é, portanto, decisiva para **assegurar**

⁸ IBC – International Broadcasting Convention. Global Content Spend Set for Meagre Growth in 2025 (report). Disponível em:

https://www.ibc.org/production/news/global-content-spend-set-for-meagre-growth-in-2025-report/21640?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 26 de agosto de 2025.

que essa demanda seja atendida e que as **narrativas locais** sejam contadas por quem as conhece e vive. Em suma, diante de um cenário em que o audiovisual deixou de ser organizado apenas em escala nacional para integrar uma rede global interconectada, as políticas públicas cumprem a função de **valorizar a cultura e hábitos locais**, gerar **movimentação financeira local** e **atrair investimentos**.

É assim que surge uma das políticas com maior crescimento nos últimos anos: as film commissions. O primeiro registro desse modelo de departamento/órgão data da década de 60, nos Estados Unidos, com o objetivo de articular o setor público com a cadeia produtiva do audiovisual, promovendo o município como destino de filmagens e facilitando o diálogo entre produtores, órgãos governamentais e comunidades locais.

No entanto, **a criação e a consolidação de uma Film Commission municipal ainda enfrenta diversos desafios**: ausência de marcos legais, limitações institucionais, falta de conhecimento técnico e

dificuldades de articulação intersetorial. Muitas cidades que desejam se beneficiar dos impactos positivos do audiovisual — como geração de renda, fortalecimento do turismo, promoção de imagem e valorização cultural — ainda não dispõem de instrumentos práticos que orientem a implementação adequada dessa estrutura.

4. Film Commissions

4.1 Conceituação e Objetivos

As Film Commissions são estruturas institucionais criadas com a finalidade de atrair, apoiar e viabilizar produções audiovisuais em um determinado território. Sua atuação está ligada diretamente à dinamização da economia criativa, promoção da imagem do município/estado/país e fortalecimento do setor audiovisual.

Principais objetivos operacionais:

- Facilitar processos de filmagem, reduzindo entraves burocráticos
- Promover o território como destino de produções nacionais e internacionais
- Estimular o turismo cinematográfico e o desenvolvimento econômico local
- Criar um ambiente institucional de apoio às produções, articulando poder público, iniciativa privada e sociedade civil

- Gerar emprego, renda e qualificação para profissionais e empresas do setor audiovisual

Em síntese, a Film Commission atua como elo de articulação entre governo, setor audiovisual e comunidade, garantindo condições favoráveis para que produções escolham e permaneçam no território.

4.2 Tipos e Composição

As Film Commissions podem assumir diferentes formatos administrativos, cada qual com vantagens e desafios operacionais.

a) Estatais – Administração Direta

- Vínculo: secretaria de cultura, turismo ou desenvolvimento econômico
- Recursos: orçamento público municipal ou estadual
- Características: servidores concursados, menor flexibilidade administrativa, forte responsabilidade legal e controle público

Exemplo: [Belo Horizonte Film Commission](#)

b) Estatais – Administração Indireta

- Vínculo: fundações, autarquias ou empresas públicas
- Recursos: recursos públicos + possibilidade de captar por editais e parcerias
- Características: maior autonomia, mais flexibilidade de contratação, equilíbrio entre controle estatal e eficiência

Exemplo: [São Paulo Film Commission](#)

c) Paraestatais/Privadas

- Vínculo: associações, ONGs ou empresas privadas conveniadas com o poder público
- Recursos: patrocínios, convênios, prestação de serviços, editais
- Características: alta flexibilidade e resposta rápida às demandas do setor, mas dependência de apoio institucional para legitimidade

Exemplo: [FilmLA](#) (Los Angeles)

Resumo comparativo

Modelo	Vinculo	Autonomia	Recursos	Agilidade
Estatal	Adm. Direita	Baixa	Prefeitura	Baixa
Estatal	Adm. Indireto	Média	Prefeitura e outros entes estatais	Média
Paraestatal/Privado	Nenhum ou indireto	Alta	Editais,licitações patrocínios, etc	Alta

4.3 Exemplos e Redes

A atuação em rede é estratégica para padronizar procedimentos e dar visibilidade nacional e internacionalmente.

Exemplos de Film Commissions no Brasil:

- Estaduais: Bahia, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, São Paulo (em implementação)
- Municipais: Curitiba, Rio de Janeiro, Recife, Porto

Alegre, Florianópolis, Niterói, João Pessoa, entre outras

Rede Nacional:

- [REFIC/BR](#) – Rede de Film Commissions do Brasil
- Oficializada em 2024, reúne 26 municípios e 3 estados
- Cria diretrizes unificadas para padronizar procedimentos em todo o paísA

- Promove eficiência da gestão pública e integração do setor audiovisual

Rede Internacionais:

- AFCI – Association of Film Commissioners International, que reúne Film Commissions do mundo todo
- LACFCN - Latin American and Caribbean Film Commission Network, mapeando as estruturas da região e estimulando coproduções

Essas redes permitem troca de boas práticas, captação conjunta e aumento da competitividade internacional.

4.4 Serviços e Procedimentos

Os serviços oferecidos por uma Film Commission devem ser claros, padronizados e de fácil acesso. Entre os principais:

- Autorizações e licenças para filmagem em espaços públicos
- Atendimento institucional e operacional às produções

- Promoção do território em mercados internacionais, feiras e veículos especializados
- Compilação de locações (catálogos, guias e banco de imagens)
- Intermediação de profissionais e empresas locais, via catálogos de prestadores de serviços
- Captação de produções para o município ou estado, visando impacto econômico e turístico
- Atendimento a produções estrangeiras, com suporte em trâmites legais e logísticos
- Sensibilização da gestão pública e sociedade civil, integrando o audiovisual à agenda de desenvolvimento local
- Padronização de procedimentos, garantindo segurança e previsibilidade ao setor

Além dos serviços diretos, as Film Commissions também podem atuar em intervenções formais e informais, como

- Legislação específica de incentivo
- Estratégias de sustentabilidade e diversidade
- Parcerias para desenvolvimento de polos e estúdios (ex: Paulínia, The Bottle Yard Studios em Bristol, Queensland Studios na Austrália)

4.4.1. Film Commissions Municipais

Foco principal: atendimento prático e imediato às produções dentro do território da cidade.

Serviços característicos:

- Autorizações locais: centralizam processos junto a secretarias municipais (trânsito, parques, cultura, segurança pública, patrimônio histórico)
- Catálogo de locações urbanas: mapeiam espaços da cidade (praças, ruas, prédios, equipamentos culturais)
- Intermediação com serviços locais: conectam produtoras a fornecedores municipais (hotéis, restaurantes, empresas de transporte, prestadores técnicos)

- Atendimento de emergência em filmagem: agilidade para resolver problemas no dia a dia da produção
- Apoio logístico: controle de trânsito, fechamento de ruas, uso de praças e prédios públicos
- Promoção turística do município: vinculam a imagem da cidade ao audiovisual, explorando o turismo cinematográfico

Exemplo: [Curitiba Film Commission](#) organiza guias locais de locação e atua diretamente com produtores que chegam à cidade.

4.4.2. Regionais (Distritais ou Intermunicipais)

Foco: otimizar recursos e ampliar competitividade agrupando cidades de uma mesma região.

Serviços típicos:

- Compartilhamento de infraestrutura (equipamentos, estúdios, bases de apoio)
- Criação de catálogos regionais de locações (parques, áreas naturais, rotas turísticas)
- Centralização de autorizações em mais de um município, simplificando burocracia

- Ações conjuntas de promoção do território em feiras e eventos
- Apoio a produções que atravessam diferentes cidades de uma mesma região
- Articulação de rotas de screen tourism (por exemplo, região serrana, litoral, fronteira)

São **estratégias colaborativas**, muito úteis em regiões menores que, isoladamente, teriam pouca força de atração.

4.4.3. Film Commissions Estaduais

Foco principal: coordenação regional, integração de municípios e promoção em escala nacional/internacional.

Serviços característicos:

- Padronização de procedimentos: criam manuais e diretrizes para unificar processos nos municípios
- Catálogos amplos de locações: abrangem áreas rurais, naturais e múltiplas cidades, oferecendo diversidade geográfica
- Captação internacional: atuam em feiras e eventos globais (Cannes, Berlinale, Ventana Sur), promovendo o estado como destino de filmagem

- Articulação intermunicipal: conectam produtoras a diferentes cidades e ajudam a negociar incentivos cruzados
- Gestão de incentivos fiscais: administram políticas estaduais de fomento (cash rebate, créditos fiscais, editais de audiovisual)
- Relacionamento com órgãos federais e internacionais: funcionam como ponto oficial de entrada para grandes produções estrangeiras
- Formação e qualificação regional: articulam treinamentos e capacitações para técnicos e empresas em mais de um município

Exemplo: São Paulo Film Commission atua como ponte entre o governo estadual e os municípios, padronizando autorizações e promovendo o estado em nível global.

4.4.4. Federais (Nacionais)

Foco: posicionar o país no mercado global de produção audiovisual.

Serviços típicos:

- Definição de diretrizes e políticas nacionais para Film Commissions
- Promoção internacional do país (presença em festivais, mercados e feiras globais)
- Negociação de acordos de coprodução e tratados internacionais
- Gestão de programas de incentivo em nível nacional (cash rebates, fundos setoriais)
- Criação de marca-país (ex.: Brazil Film Commission, Spain Film Commission)
- Apoio diplomático e institucional a produções estrangeiras
- Formação de redes nacionais (ex.: REFIC/BR) para padronizar práticas locais

São **estruturas de diplomacia audiovisual**: abrem portas para grandes players internacionais.

5. Implementação e Desenvolvimento

A criação de uma Film Commission exige respaldo jurídico claro e estável. A legislação é um dos instrumentos que garante essa institucionalidade, definindo a Film Commission não apenas como uma ação de gestão governamental, mas como uma política de estado. Além disso, os atos normativos garantem continuidade, legitimidade e confiança — tanto para o setor audiovisual quanto para aqueles que consideram filmar em determinado território:

- Segurança Jurídica e Estabilidade: uma lei dá solidez à iniciativa, evitando que a Film Commission dependa apenas da vontade política momentânea. Sem base legal, o risco é que ela seja facilmente descontinuada em mudanças de governo
- Definição de Objetivos e Finalidades: a legislação permite registrar, de forma inequívoca, os propósitos da Film Commission: fomentar a produção audiovisual, atrair investimentos, promover o turismo cinematográfico e estimular a economia local. Isso assegura clareza de missão e

continuidade das ações

- Estrutura Organizacional e Competências: por meio da legislação, pode-se determinar qual secretaria ou órgão será responsável, como será formada a estrutura de governança e quais serão as competências e atribuições formais da Film Commission. Isso evita sobreposições de funções e dá legitimidade institucional
- Instrumento de Planejamento e Integração: a legislação também formaliza articulações entre diferentes Secretarias/Órgãos do poder público (cultura, turismo, desenvolvimento econômico, mobilidade, segurança), o que é essencial para que a política seja efetiva
- Credibilidade e Atração de Produções: produtoras nacionais e estrangeiras buscam ambientes amigáveis às filmagens com segurança legal para operar. Uma legislação específica sinaliza que o território tem regras claras, padronizadas e confiáveis, reduzindo riscos e aumentando a atratividade
- Base para Regulamentações Posteriores: a lei funciona como o “guarda-chuva” normativo que dá

suporte a decretos e portarias. Ou seja, cria as diretrizes gerais, enquanto os demais instrumentos detalham o funcionamento prático e os procedimentos operacionais.

5.1 Legislação

A importância de um ato normativo para a criação e manutenção de uma film commission está na garantia de segurança jurídica, clareza de competências e continuidade institucional. Sem um respaldo legal adequado, a film commission corre o risco de se tornar uma iniciativa frágil, sujeita a descontinuidade a cada mudança de gestão pública. O ato normativo — seja lei, **decreto ou portaria** — define as finalidades e objetivos, que em sua maioria são um ou mais desses

- Atração de produções
- Padronização de procedimentos
- Fomento ao turismo
- Geração de empregos
- Preservação do patrimônio

Além disso, pode também estabelecer a estrutura organizacional:

- Qual secretaria ou órgão será responsável
- Composição de comitês
- Instâncias decisórias

E, por fim, delimita as competências e atribuições, como:

- Centralização de demandas
- Escopo de apoio logístico
- Facilitação de autorizações
- Divulgação do território e patrimônio
- Procedimentos operacionais para produções
- Integração institucional, e atuação coordenada de entes

Em suma, o ato normativo é o instrumento que transforma o serviço informal de uma film commission em uma política pública efetiva, perene e capaz de gerar impactos reais no desenvolvimento do setor audiovisual e da economia local.

Os diferentes atos normativos se diferenciam pela **força jurídica**, alcance e **flexibilidade de aplicação**:

- **Lei:** é o instrumento mais estável e robusto, adequado para definir a criação de uma film commission e estabelecer princípios e finalidades gerais, como atração de produções, fomento ao turismo e geração de empregos. Sua vantagem é a segurança jurídica, mas, por depender do Legislativo, tem baixa flexibilidade para alterações rápidas.
- **Decreto:** é editado pelo Poder Executivo (prefeito, governador ou presidente) e serve para regulamentar a lei, detalhando procedimentos, prazos e formas de execução. Pode também instituir uma film commission diretamente, mas, por ter menor força normativa que a lei, é considerado mais frágil em termos de permanência.
- **Portaria:** é um ato administrativo de alcance mais restrito, geralmente expedido por secretarias ou chefias de órgãos públicos. É usada para formalizar procedimentos internos ou questões operacionais específicas. Tem a menor força jurídica entre os três, mas é útil para ajustes práticos e rotinas administrativas.

Ato Normativo	Força Jurídica	Alcance	Vantagens	Limitações	Possíveis aplicações
Lei	Alta (aprovada pelo Legislativo)	Geral e duradouro	Estabilidade, legitimidade, segurança jurídica	Pouca flexibilidade	Criação da Film Commission e definição de finalidades principais
Decreto	Média (editado pelo Executivo)	Regulamenta leis e define detalhes	Detalha procedimentos, prazos e formas de execução	Facilidade de revogação	Estrutura organizacional, competências e regras de funcionamento
Portaria	Baixa (ato administrativo interno)	Específico e restrito	Agilidade, simplicidade, aplicável a rotinas	Alcance e escopo restritos	Procedimentos internos e rotinas operacionais

5.2 Sensibilização e Parcerias

A sensibilização e criação de parcerias são fundamentais para a consolidação e o bom funcionamento de uma film commission, pois permitem articular diferentes atores em torno de um mesmo objetivo: tornar a região atrativa para produções audiovisuais, estimulando a economia local, fortalecendo a identidade cultural e garantindo longevidade à política pública.

As colaborações de maior relevância visam a integração entre poder público, setor audiovisual e sociedade civil, assegurando legitimidade e sustentabilidade. A integração entre esses principais entes é essencial para que uma política de film commission seja eficaz e sustentável.

→ **O setor público** tem o papel de garantir o respaldo institucional, prover infraestrutura, articular secretarias e simplificar a burocracia, criando um ambiente favorável para as produções. A sensibilização passa por garantir respaldo institucional e integração entre diferentes Secretarias — como cultura, turismo, mobilidade/

trânsito, segurança e governo, enquanto as estratégias podem incluir a definição de pontos focais responsáveis pelo atendimento às demandas, a formalização de procedimentos, a prática da escuta ativa e a flexibilidade de negociação, além da constante repactuação de normas conforme as necessidades e trocas de gestão.

→ **O setor audiovisual** traz a expertise técnica e as demandas práticas do mercado, ajudando a definir prioridades reais, além de contribuir com dados e visibilidade que fortalecem toda a cadeia produtiva. A sensibilização envolve compreender o panorama e a realidade local da cadeia produtiva, firmar pactos com entidades representativas, criar materiais de orientação, levantar dados e informações relevantes e organizar eventos de mercado. Essa aproximação fortalece a confiança entre produtores e gestores, além de gerar inovação e visibilidade.

→ **A sociedade civil**, assegura legitimidade e representatividade, pois sua participação garante que a política respeite a diversidade cultural, os impactos sociais e ambientais das filmagens. A sensibilização assegura legitimidade e participação

comunitária, o que amplia a pluralidade das vozes envolvidas e fortalece a execução das políticas públicas. As estratégias propostas são a pactuação e escuta ativa de organizações da sociedade, a inclusão de representantes nos processos decisórios e a criação de procedimentos construídos em conjunto.

5.3 Manutenção e Desafios

A manutenção de uma política pública exige mais do que a instalação inicial: é preciso planejamento contínuo, institucionalização, recursos humanos, além de constante articulação entre poder público, setor da indústria e sociedade civil. Uma política bem estruturada é fundamental para cumprir sua função inicial, evitando que mudanças administrativas ou falta de compreensão reduzam sua relevância, e a manutenção é de extrema relevância para sua continuidade.

Importância da manutenção

- Garantia de atração contínua de produções
- Desenvolvimento de relação de confiança com os entes envolvidos

→ Consolidação do audiovisual como setor estratégico para economia e cultura

→ Promoção e visibilidade do território

→ Estímulo da cadeia produtiva e geração de empregos

→ Pactuação de acordos

Quanto aos principais desafios que as film commissions enfrentam, podem ser variados a depender da região, escopo, setor local, entre outros fatores. No entanto, é comum que a **gestão pública** seja caracterizada pela grande rotatividade e burocracia administrativa, enquanto o setor **audiovisual** é marcado pela informalidade e inconstância, e a **sociedade civil**, pela resistência à determinadas políticas.

Principais Desafios

No Governo Municipal

- Mudanças políticas e administrativas que descontinuam ações
- Orçamento e efetivo insuficientes
- Burocracia processual
- Falta de integração entre órgãos
- Entendimentos divergentes
- Necessidade de institucionalização e marcos legais

No Setor Audiovisual

- Resistência às políticas públicas
- Forte informalidade, que dificulta dados e políticas sólidas
- Comunicação limitada devido à realidade do trabalho
- Descumprimento de regras e demandas complexas
- Instabilidade do mercado

Na Sociedade Civil

- Impactos locais percebidos como transtornos (barulho, bloqueios, restrições)
- Falta de compreensão sobre benefícios econômicos e culturais
- Regramentos específicos e resistência
- Hostilidade com as produções

5.4 Etapas de Implementação

O processo de implementação de uma film commission exige um planejamento estratégico e integração intersecretarial/ministerial e definição clara de objetivos, competências e fluxos operacionais. Abaixo é apresentado uma sugestão de passo a passo de modo a orientar e direcionar a gestão em relação às possíveis etapas.

5.4.1. Diagnóstico Inicial

O primeiro passo consiste em compreender a realidade da gestão pública e do cenário audiovisual do município através de ações como: levantamento de informações sobre profissionais e empresas do setor, infraestrutura técnica disponível, locais com potencial de filmagem, relacionamento do setor com

a gestão pública, entre outros. Também é importante identificar os marcos legais existentes, as políticas públicas anteriores e atuais vinculadas ao audiovisual, e o interesse das secretarias e instituições locais em apoiar o desenvolvimento do audiovisual. Esse diagnóstico permite mapear as oportunidades e desafios, servindo de base para as etapas seguintes.

5.4.2. Estruturação institucional

A partir do diagnóstico inicial é necessário definir a estrutura institucional e o modelo de gestão da film commission. Essa etapa inclui a escolha do órgão ao qual ela será vinculada, bem como a elaboração de instrumentos legais, como decretos ou leis municipais que formalizem sua criação. Além disso, é essencial que os objetivos e missões estejam mapeados e sirvam como direcionamentos para a estruturação. Também se estrutura a equipe responsável, definindo atribuições, funções e o orçamento necessário para o funcionamento inicial.

5.4.3. Sensibilização e Planejamento

Antes do início efetivo das atividades, é fundamental promover a sensibilização dos diversos atores envolvidos e listados previamente: sociedade civil, setor audiovisual e gestão pública. Essa mobilização garante compreensão e apoio às atividades da film commission. Paralelamente, é importante que seja desenvolvido um planejamento estratégico, com definição de objetivos, metas, indicadores de desempenho e estratégias de comunicação e promoção. Também é o momento de criar procedimentos e formalizá-los para a institucionalização da operação.

5.4.4. Implementação e Operação

Após o diagnóstico, estruturação e sensibilização, é hora da film commission iniciar suas atividades de forma prática. É estruturado o atendimento às produtoras e profissionais, com canais de contato claros e procedimentos padronizados para solicitações de filmagem, autorizações e uso de espaços públicos (caso a gestão opte por assumir a autorização de filmagem nesses espaços). A equipe

passa a atuar de forma ativa na mediação entre o poder público e as produções, articulando soluções logísticas, simplificando trâmites e garantindo que as filmagens ocorram de maneira organizada e segura.

5.4.5. Monitoramento e Prospecção

Após o início da operação, é essencial para qualquer política pública contar com o acompanhamento contínuo das atividades, o que inclui o registro das produções atendidas, dados sobre impacto econômico e social, etc. Com base nesses resultados é que os processos serão aperfeiçoados e novas oportunidades serão descobertas. A film commission também deve atuar de forma proativa na prospecção de produções, participando de feiras, festivais e eventos do setor, promovendo o município como destino de filmagens e fortalecendo sua imagem no mercado audiovisual.

6. Expansão e Prospecção

6.1 Incentivos e Fomentos

Os incentivos oferecidos por film commissions são essenciais para atrair e viabilizar produções audiovisuais em uma região, oferecendo benefícios como cash rebate, créditos fiscais, isenção de taxas e subsídios que reduzem custos e riscos para produtoras locais e internacionais. Além de tornar a decisão de filmar mais econômica e logística mais simples, esses incentivos estimulam a economia local, gerando empregos diretos e indiretos em setores como hotéis, transporte, alimentação, serviços técnicos e aluguel de equipamentos, fortalecendo a cadeia produtiva audiovisual.

Ao atrair filmagens, as film commissions contribuem para o desenvolvimento de profissionais e infraestrutura regional, promovendo um ecossistema sustentável de audiovisual e aumentando a visibilidade e o marketing da cidade ou região, incluindo potenciais ganhos com turismo cinematográfico. Além disso, esses incentivos facilitam a integração entre setor público, setor

privado e sociedade civil, alinhando interesses econômicos, culturais e sociais e garantindo que o investimento em audiovisual traga benefícios amplos para a região, consolidando-a como destino competitivo e atrativo para produções futuras.

Os incentivos mais comuns são:

→ Cash Rebate / Tax Rebate

O que é: Retorno em dinheiro ou redução de impostos sobre gastos realizados localmente na produção

Como funciona: Uma porcentagem do valor gasto na produção dentro de um país ou região é devolvida à produtora

Exemplo: Se uma produção gastar \$1 milhão em uma cidade que oferece 25% de cash rebate, a produtora pode receber \$250 mil de volta

Considerações: A grande vantagem é que é definitivamente um dos maiores fatores para determinada produção levar toda sua infraestrutura e equipe para determinada região, porém, o custo é extremamente alto para os governos, e podem não

ser tão viáveis para film commissions de menores orçamentos como as municipais

→ Isenções de Impostos Locais

O que é: Redução ou eliminação de impostos sobre serviços, aluguel de equipamentos, transporte ou taxas municipais

Como funciona: Alguns municípios ou estados dispensam taxas que normalmente a produção teria que pagar

Exemplo: Isenção de ISS ou ICMS em equipamentos e serviços audiovisuais

Considerações: Possui a grande vantagem de reduzir custos indiretos e facilitar a logística da produção - porém, assim como o crédito fiscal, pode haver dificuldade de implementação considerando a logística da tributação local

→ Fomento Direto

O que é: Financiamento direto ou subsídio oferecido pelo governo ou fundos culturais

Como funciona: A produção se inscreve e, se aprovada, recebe uma quantia fixa para cobrir parte do orçamento

Exemplo: Fundos culturais nacionais que pagam 30% do custo de produção de longas-metragens

Considerações: Podem ser um auxílio principalmente para produções independentes de baixo

→ Incentivos Não Financeiros

O que é: Benefícios indiretos que ajudam a reduzir custos ou facilitar a produção

Exemplo: Suporte logístico de film commissions (permissões rápidas, acesso a locações públicas; acesso facilitado a profissionais e técnicos locais; assistência na importação de equipamentos)

Considerações: Embora não seja dinheiro direto, agiliza a produção e reduz riscos e burocracia

Atualmente, na América Latina, as regiões que oferecem incentivos de cash e tax rebate/exemption são: Buenos Aires, Chile, Costa Rica, Colômbia, Trinidad e Tobago, República Dominicana, Equador, Jalisco, Jujuy, Mendoza, Panamá, Uruguai, São Paulo e Rio de Janeiro.

6.2 Eventos de Mercado

O comparecimento a eventos de mercado é fundamental para uma film commission – não somente na fase de implementação, para divulgar o serviço e criar uma rede de contatos, mas também para fortalecimento do departamento/órgão e constantes repactuações. Essas oportunidades permitem às film commissions:

- Estabelecimento de contatos estratégicos
- Visibilidade à região como destino para produções audiovisuais
- Compreensão das demandas e tendências do setor
- Networking com produtoras, diretores, executivos e representantes de outras film commissions
- Promoção de parcerias que podem resultar em investimentos diretos, filmagens e coproduções

Além disso, esse nicho de evento pode funcionar como base de aprendizado sobre incentivos, regulamentações, logística e práticas adotadas em diferentes países, permitindo que a film commission se prepare de forma competitiva e estratégica. O

contato presencial reforça a visibilidade da cidade ou estado, consolidando sua imagem como destino sólido e estruturado, e ajuda a equipe a mapear oportunidades de fomento, captação de projetos e atração de talentos locais.

Há diversos modelos e ações que as film commissions tradicionalmente seguem no comparecimento a esse tipo de evento, sendo alguns deles:

• Espaço Físico (Stand)

Objetivo: Apresentar a região com materiais visuais, vídeos de locações, informações sobre infraestrutura, incentivos fiscais e contatos locais.

Considerações: O benefício é que funciona como ponto de encontro para produtoras, diretores e parceiros interessados em filmar na região, e dá enorme visibilidade. Porém, o custo é relativamente alto, principalmente considerando que a maior parte dos eventos que permite esse tipo de visibilidade é cobrado em moedas como dólar ou euro.

• Patrocínio de Produtores Locais

Objetivo: Financiar ou subsidiar a ida de produtores, diretores ou técnicos locais a eventos internacionais ou nacionais.

Considerações: É uma maneira prática de garantir que talentos da região se apresentem, façam networking e busquem oportunidades de coprodução e financiamento, porém, além de ter um custo considerável, a seleção dos contemplados pode criar indisposição com o setor local.

• Participação em Mesas/Painéis

Objetivo: Inserir representantes da film commission em debates, apresentações ou workshops sobre produção audiovisual, locações e incentivos.

Considerações: Ajuda a posicionar a região como destino competitivo, mostrando experiência, infraestrutura e políticas de incentivo, além de dar visibilidade aos locais. Porém, é comum que haja um custo a ser pago - ou é necessário que haja um convite formal por parte da organização, o que demanda contatos sólidos e longínquos.

• Agendamento de Rodadas de Negócios

Objetivo: Organizar reuniões previamente agendadas com representantes de players, produtoras, estúdios e executivos.

Considerações: Facilita contatos diretos e aumenta a chance de atrair produções para a região, porém, além de demandar uma rede de contatos sólida, também depende do fator de interesse e disponibilidade de terceiros.

• Distribuição de Materiais Promocionais

Objetivo: Entregar brindes com informações detalhadas sobre locações, custos, legislação, contatos, locações e incentivos disponíveis.

Considerações: É um fator de atração e memorização de determinada região, porém, a logística de elaboração e transporte, somados aos custos podem ser uma questão a depender do local do evento e quais materiais serão levados..

• Representação Institucional/Networking

Objetivo: Acompanhar os eventos sociais, coquetéis e encontros paralelos, fortalecendo relacionamentos com players do setor audiovisual, além de representar a film commission e ter uma atualização de tendências de mercado.

Considerações: Normalmente é a modalidade escolhida quando há um baixo orçamento para esse tipo de ação. Permite identificar tendências, parcerias e oportunidades de coprodução, mas não há tanta visibilidade quanto às outras ações anteriormente citadas.

6.3 Apoios e Parcerias

As parcerias entre uma film commission, a sociedade civil, o setor audiovisual e a gestão pública podem ser grandes aliadas no que se refere à uma operação sólida e perene. Com a **sociedade civil**, é possível desenvolver acordos de cooperação em relação à regimentos acerca de filmagens, respeitando as especificidades de cada vizinhança, mas também garantindo a possibilidade de execução das atividades audiovisuais, tornando o espaço amigável

às filmagens. Já com o **setor audiovisual**, é possível desenvolver diversos tipos de parcerias, como inclusão de contrapartidas de programas de capacitação técnica, criação de catálogos de locações e de profissionais locais, apoio à circulação de obras em festivais e incentivos para coproduções regionais. No que se refere à **gestão pública**, a film commission pode atuar junto a secretarias de cultura, turismo e desenvolvimento econômico para integrar políticas de fomento, viabilizar incentivos fiscais e promover o território em eventos nacionais e internacionais. Esses exemplos demonstram como a atuação colaborativa pode transformar a film commission em um elo estratégico entre diferentes setores, fortalecendo o audiovisual e o desenvolvimento territorial.

7. Considerações Finais

A consolidação de Film Commissions no estado do Paraná representa um marco significativo na construção de políticas públicas voltadas à valorização do audiovisual enquanto setor estratégico da economia criativa, da cultura e do desenvolvimento territorial. Ao longo desta cartilha, foi possível compreender que o audiovisual vai muito além de sua dimensão artística: ele se apresenta como um vetor econômico, social e simbólico de grande potencial, capaz de gerar empregos, atrair investimentos, impulsionar o turismo, estimular a inovação e fortalecer a identidade cultural das regiões.

O crescimento do setor audiovisual paranaense, aliado à diversidade de locações, à qualificação técnica dos profissionais e ao amadurecimento das políticas de fomento, demonstra que o estado reúne as condições necessárias para se firmar como referência nacional em produção e gestão audiovisual. Nesse contexto, a criação e o fortalecimento das Film Commissions surgem como instrumentos fundamentais para transformar esse

potencial em resultados concretos, promovendo a articulação entre poder público, setor produtivo e sociedade civil em prol de um ambiente film friendly, transparente e competitivo.

A institucionalização das Film Commissions, sustentada por **marcos legais claros e estáveis**, é um passo essencial para garantir sua continuidade e credibilidade. Leis, decretos e portarias específicas conferem legitimidade e segurança jurídica, assegurando que essas estruturas não dependam apenas de gestões pontuais, mas se consolidem como políticas de Estado de longo prazo. A manutenção dessa institucionalidade deve vir acompanhada de uma gestão profissionalizada, com equipes capacitadas, planejamento estratégico e indicadores que permitam monitorar e aperfeiçoar continuamente as ações implementadas.

A efetividade de uma Film Commission também depende de sua capacidade de **articulação**

intersetorial. Parcerias com o poder público — em especial com as secretarias de cultura, turismo, desenvolvimento econômico e comunicação — permitem a integração de políticas e incentivos. Já a aproximação com o **setor audiovisual** amplia o diálogo técnico e assegura que as políticas reflitam as necessidades reais da cadeia produtiva. A sociedade civil, por sua vez, é parceira indispensável na legitimação e na sustentabilidade das ações, promovendo o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e os impactos socioculturais das produções.

Além disso, **a participação ativa em eventos de mercado e o estabelecimento de redes de cooperação** — como a REFIC/BR, a AFCL e outras instâncias regionais e internacionais — fortalecem a imagem do Paraná como um território competitivo e conectado globalmente. A presença institucional nesses espaços garante visibilidade, atrai novos investimentos e promove o intercâmbio de boas práticas, contribuindo para o amadurecimento das políticas locais.

Outro fator essencial é a compreensão de que

incentivos e fomentos não se limitam aos aportes financeiros diretos. Políticas de cash rebate, créditos fiscais, isenções e apoio logístico funcionam como catalisadores do desenvolvimento local, mas precisam ser combinadas com estratégias de formação profissional, infraestrutura, diversidade e sustentabilidade. A longo prazo, o fortalecimento do audiovisual depende de um ecossistema equilibrado, no qual tanto grandes produções quanto iniciativas independentes possam coexistir, beneficiando o território e suas comunidades.

Por fim, esta cartilha reafirma a importância de que as Film Commissions sejam concebidas como **estruturas permanentes de desenvolvimento**, e não como projetos pontuais. Sua missão deve ser contínua: promover o audiovisual paranaense, apoiar a produção, atrair investimentos e valorizar o patrimônio cultural e natural do estado. A consolidação dessas políticas depende do engajamento coletivo — de gestores, produtores, profissionais, universidades, instituições culturais e comunidades locais — que juntos podem transformar o Paraná em um polo sólido e inovador

da indústria audiovisual brasileira.

A implementação de Film Commissions bem estruturadas, conectadas em rede e baseadas em princípios de transparência, sustentabilidade e colaboração, é o caminho para que o audiovisual paranaense se projete de forma duradoura no cenário nacional e internacional, consolidando o estado como um exemplo de integração entre cultura, economia e território.



8. Referências e Fontes

ANCINE – Agência Nacional do Cinema. Obter Certificado de Produto Brasileiro (CPB). Disponível em:

<https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-certificado-de-produto-brasileiro>. Acesso em: 10 de agosto de 2025.

Olsberg SPI. Global Screen Production and Global Economic Recovery. 2020.

INTER AMERICAN DEVELOPMENT BANK. The Economic Impact of the Screen Industries Latin America. 2023.

HUDSON, S.; RITCHIE, J. R. B. “Promoting Destinations via Film Tourism: An Empirical Identification of Supporting Marketing Initiatives”. In: RILEY, R.; VAN DOREN, L.; TOOKE, J.; BAKER, M.; GRIHAULT, D.; CROY, W.; WALKER, R.; COUSINS, L.; ANDEREK, A.; BUSBY, G.; BRUNT, P.; LUND, A.; RILEY, R.; BAKER, M.; VAN DOREN, L. (orgs.). Film Tourism Studies/Anthology.

IBC – International Broadcasting Convention. Global Content Spend Set for Meagre Growth in 2025 (report). Disponível em:

https://www.ibc.org/production/news/global-content-spend-set-for-meagre-growth-in-2025-report/21640?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 26 de agosto de 2025.

Global Screen Production – The Impact of Film and Television Production on Economic Recovery from COVID-19 Junho de 2022.

WIPO – World Intellectual Property Organization. Global Film Production Hits Historic High, Surpassing Pre-Pandemic Levels. Innovation Insights Blog, Global Innovation Index. Abril 30, 2025. Disponível em:

<https://www.wipo.int/en/web/global-innovation-index/w/blogs/2025/global-film-production>. Acesso em 13 de setembro de 2025.

